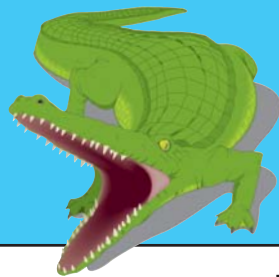




24
janeiro
Dia Nacional dos Aposentados

Boletim do JACARÉ

Editor Chefe: Darci Callegari, o Jacaré
Diretor Nacional de Comunicação



SINDICATO NACIONAL DOS APOSENTADOS

Reportagem: Edson Baptista

Diagramação: Jaime Alves

Ano IV - nº 157 - de 27 de fevereiro a 5 de março de 2009



**Prezados(as)
Companheiros(as),**

DE ONDE VEM TANTO DINHEIRO?

Pelas contas do pessoal especializado, perto de dois trilhões estão sendo canalizados para a economia americana cobrir o rombo aberto pela incúria, a especulação e a ambição de suas elites empresariais. Aqui, dentro de nossas proporções, acontece o mesmo. O presidente Lula autorizou o BNDES a liberar 100 bilhões de reais para bancos e empresas em dificuldades, na tentativa por enquanto malograda de evitar demissões em massa que, tanto quanto lá em cima, já começaram. O Banco Central acaba de disponibilizar 20 bilhões de dólares de nossas reservas lá fora para ajudar empresas brasileiras de exportação com falta de crédito. A surpresa, porém, refere-se a esse imensurável monte de dinheiro que, da noite para o dia, vai aparecendo no planeta inteiro. Tirado de onde? Escondido em que cofre? Enterrado em que ilha deserta? Já existia e ninguém lembrou-se de utilizá-lo para resolver imensos problemas sociais? Aqui, no Brasil, quantos empregos poderiam ter sido gerados antes da crise com essa fábula agora posta à disposição dos imprevidentes? Quantas escolas, hospitais, ferrovias e tudo o mais se materializariam com 100 bilhões de reais? Bastou o governo anunciar que no país, hoje, existem 14 milhões e 500 mil cidadãos com mais de 66 anos de idade para iniciar-se, em certas elites, nova campanha pela reforma da Previdência Social. Reforma, não: massacre, porque a proposta é obrigatoriamente nivelar os aposentados por baixo. Pretendem que todo mundo só receba o salário mínimo, mesmo a maioria que faz jus a aposentadorias maiores, por terem descontado bem mais em seus salários, durante décadas. Sempre existirão aqueles à margem desse mínimo denominador comum, as chamadas carreiras de estado, os marajás, por coincidência ou não os que mais clamam pela redução. Nos tempos do sociólogo, conseguiram impor ao Congresso o tal fator previdenciário, que ano a ano reduz o valor das aposentadorias superiores ao salário mínimo. Agora, organizam-se para que a Câmara engavete projeto já aprovado no Senado, dando a todos os aposentados o percentual dado ao mínimo. Mas querem mais, ou seja, substituir a Previ-

dência Pública pela privada. Até literalmente. Quem quiser sobreviver na velhice que contribua ainda mais um pouquinho para a farrá dos bancos e das seguradoras. Haveria solução mais fácil: encontrar o anti-Herodes, aquele que em vez de matar os bebês, disponha-se a matar os velhinhos.

EU SOU MESMO TEIMOSO!

Silvino Geremia é o diretor-presidente da empresa Geremia, na cidade de São Leopoldo, RS, que decidiu oferecer oportunidades de estudos a seus funcionários e estava sendo punido por causa disso. Em uma carta que publicou na revista Exame, ele registra seu protesto e sua revolta por tamanho absurdo. Como sua carta é longa, extraímos alguns trechos para levar ao conhecimento dos nossos leitores: "Acabo de descobrir mais um desses absurdos que só servem para atrasar a vida das pessoas que tocam e fazem esse País: investir em educação é contra a lei. Vocês não acreditam? Minha empresa, a Geremia, tem 25 anos e fabrica equipamentos para extração de petróleo, um ramo que exige tecnologia de ponta e muita pesquisa. Disputamos cada pedacinho do mercado com países fortes, como os Estados Unidos e o Canadá. Só dá para ser competitivo se eu tiver pessoas qualificadas trabalhando comigo. Com essa preocupação criei, em 1988, um programa que custeava a educação em todos os níveis para qualquer funcionário, seja ele um varredor ou um técnico. Este ano, um fiscal do INSS visitou a empresa e entendeu que educação é salário indireto. Exigiu o recolhimento da contribuição social sobre os valores que pagamos aos estabelecimentos de ensino frequentado por nossos funcionários, acrescidos de juros e multa pelo não recolhimento do INSS. Tenho que pagar 26 mil reais à Previdência por promover a educação dos meus funcionários? (...) Vou continuar não recolhendo um centavo ao INSS, mesmo que eu seja multado 1.000 vezes. O Estado brasileiro está falido. Mais da metade das crianças que iniciam a 1.ª série não conclui o ciclo básico. A Constituição diz que educação é direito do cidadão e dever do Estado. E quem é o Estado? Somos todos nós. Se a União não tem recursos e eu tenho, acho que devo pagar a escola dos meus funcionários (...) Por favor, deixem quem está fazendo alguma coisa trabalhar em paz. Vão cobrar de quem desvia dinheiro, de quem sonega impostos, de quem rouba a Previdência, de quem contrata mão-de-obra fria, sem registro algum (...) Meu sonho de consumo sempre foi uma

Apresente um novo sócio e concorra com ele a vários prêmios.

Mercedes-Benz. Adiei sua realização várias vezes porque, como cidadão consciente do meu dever social, quis usar meu dinheiro para fazer alguma coisa pelos meus 280 empregados. Com os valores que gastei no ano passado na educação deles, eu podia ter comprado duas Mercedes. (...) Com esse alerta temo desestimular os que ainda não pagam os estudos de seus funcionários. Não é o meu objetivo. Eu, pelo menos, continuarei ousando ser empresário, a despeito de eventuais crises, e não vou parar de investir no meu patrimônio mais precioso: as pessoas. Eu sou mesmo teimoso.”

RECONHECIMENTO DE FIRMA

As unidades da Receita Federal, do INSS, do Ministério do Trabalho e do Ministério da Agricultura não podem mais pedir aos cidadãos o reconhecimento de firma e a autenticação de documentos, disse o secretário da Gestão do Ministério do Planejamento, Marcelo Viana. As medidas estão em consulta pública na página da Casa Civil na Internet, mas já estão em vigor. Segundo o secretário, elas fazem parte de um projeto para simplificar os serviços dos órgãos federais nas áreas de atendimento ao cidadão. A população poderá fazer sugestões até o próximo dia 27. “A população já pode usufruir imediatamente desta medida, junto às repartições federais. Caso algum funcionário público federal venha inadvertidamente a pedir reconhecimento de firma ou autenticação de documentos, o cidadão tem o direito de se recusar a atender essa solicitação, que é abusiva”, disse Viana. “A assinatura do cidadão frente ao servidor é suficiente para o reconhecimento de firma. Mas atenção: o cidadão deve estar de posse de documento oficial de identidade, com foto, para que a identificação da pessoa possa ser feita”, completou o secretário. Entretanto, não haverá alterações no atendimento da Polícia Federal e do Ministério do Exército, os chamados “órgãos de segurança”. “Não precisam mudar seus procedimentos”. Esclareceu ainda que as medidas não se aplicam aos cartórios. “Não se estende aos cartórios, especialmente em situações de compra e venda de propriedades e veículos, que seguem observações legais específicas, afetas a outros órgãos.”

APOSENTADO POR INVALIDEZ ATÉ ABRIL DE 1995 TEM DIREITO A REAJUSTE

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) concedeu reajuste aos segurados que se aposentaram por invalidez até abril de 1995 e cujo cálculo do benefício foi abaixo de 100% do salário de benefício (média salarial usada para obter a aposentadoria). O reajuste pode chegar a 25% para quem recebeu o benefício com valor equivalente a 80% do salário de benefício. Até 1995, a aposentadoria por invalidez correspondia a 80% do salário de benefício, mais 1% a cada ano que o trabalhador havia contribuído. Por exemplo, se ele tinha cinco anos de contribuição quando ficou inválido para o trabalho, seu benefício seria de 85% do salário. Segundo cálculos feitos por um advogado previdenciário, para quem recebia uma aposentadoria com valor de 85% do salário de benefício, o reajuste no valor atual do benefício será de 17,65%. Isto é, se a aposentadoria por invalidez é de R\$ 800,00, o aposentado

podará receber R\$ 941,20 com a revisão concedida pelo STJ. Atualmente, 2,8 milhões de segurados têm esse tipo de benefício. A decisão do STJ, entretanto, deixa claro que a correção não vale para as parcelas já pagas pelo INSS ao aposentado. O instituto ainda pode contestar a decisão no Supremo Tribunal Federal (STF).

JARBAS SOBRE LULA

O sociólogo André Haguette, analisando os comentários do senador Jarbas Vasconcelos sobre a mediocridade da política brasileira e a corrupção dos políticos e dos partidos políticos de maneira geral e do PMDB, de forma particular, diz que os mesmos encontraram eco na mídia e nas conversas, provocando unanimidade no público e silêncio entre os atingidos. Transcrevemos algumas partes do artigo Jarbas sobre Lula que está na internet: (...) Mas pouco foi dito e escrito a respeito dos comentários do senador Jarbas Vasconcelos sobre o presidente Lula e seu governo, comentários, a meu ver, também extremamente lúcidos. Corretíssima a afirmação de que Lula “havia se comprometido com a sociedade a promover reformas e governar com ética” e que no decorrer do primeiro mandato demonstrou não ter “nenhum compromisso com reformas e governar com ética”. Os governos de Lula não são absolutamente reformistas, nem criativos, nem éticos, contentando-se em tocar políticas econômicas e sociais herdadas, habilmente embrulhadas de modo propagandístico sob os nomes de Bolsa Família e PAC (muito longe, diga-se de passagem, das propostas iniciais do Fome Zero). Jarbas diz que o presidente optou pelo assistencialismo, o que é uma chave para a popularidade em um país pobre. É fato, embora não se possa ser contrário a toda e qualquer política assistencialista num país de tamanha pobreza e desigualdade. Mas se torna essencial que o assistencialismo eventual tenha uma porta de saída conduzindo à autonomia, o que o programa lulista não contempla. O senador fala da mediocridade do governo Lula, que em vez de construir estradas, apela para o atalho. Não fez reforma tributária, não contemplou a reforma da Previdência nem a reforma trabalhista e política. Não transformou a infraestrutura do país. Não realizou a reforma agrária. Não promoveu mudanças de costumes e atitudes. Estruturalmente, o País continua o mesmo. (...) A estrutura sócio-econômica e cultural mudou em alguma coisa? Se a continuidade da política econômica, descontado os juros e os superávits primários exorbitantes beneficiando a elite financeira nacional e internacional, traz crescimento, os aspectos institucionais e políticos são medíocres. (...) “O mundo passou por uma fase áurea, de bonança, de desenvolvimento, e Lula não conseguiu tirar proveito disso”, diz o senador. Nessa fase áurea, houve uma reorientação da sociedade brasileira? E agora que a crise se alastra em todos os cantos do mundo o que faz o governo Lula de original? Obama propõe algumas mudanças de rumos. E Lula e sua equipe? (...) A decepção é do tamanho das promessas.

*Um abraço a todos
Jacaré*

Até a próxima.